

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre, Prévia e Informada – CLPI</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins</p> <p>Comunidade: Povo indígena Javaé - ICAPIB (Instituto de Caciques e Povos Indígenas da Ilha do Bananal) - Aldeias Barreira Branca, Cristo Rei, Barra do Rio, Waritaxi</p> <p>Local: Plenário Municipal da Câmara de Vereadores de Sandolândia/TO</p> <p>Data: 23, 24 e 25 de abril de 2025</p> <p>Duração: 3 dias</p>
EQUIPE ENVOLVIDA
<p>Moderadores: Camila Marinho Mendes (PLANTUC) e Janilson Soares</p> <p>Relator(a): Karolliny Neres</p> <p>Facilitador(a) Gráfico: Paulo Henrique Vieira</p> <p>Tradutor(a) para Línguas Indígenas: Renata Javaé</p> <p>Técnico(a) em Comunicação: Sikupti Xerente</p> <p>Recreador(a): Maria Goreti Canguçu</p> <p>Articulador(a) Comunitário(a): Micael Weheria Javaé</p> <p>Representante do Poder Público: Isabel Acker (SEMARTH) e Célio Tokan Kanela (SEPOT)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Camila Rezende (Consultora Geonoma)</p>
DIA 01: QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2025
PARTICIPANTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Renata Mandiru Javaé (Barreira Branca) 2. Rafaela Hariwiru Javaé (Cristo Rei) 3. Valdilene Wederi Javaé (Cristo Rei) 4. Soraia Dijuque Javaé (Cristo Rei) 5. Estefane L. Javaé (Cristo Rei) 6. Valmiron Kumari Javaé (Barreira Branca) 7. Valter L. Javaé (Barreira Branca) 8. A. Javaé [Nome ilegível na lista] 9. Alex Issariwana Javaé (cacique/aldeia Cristo Rei) 10. Marco Kalari Javaé (Barreira Branca) 11. Valdinei K. Javaé (Barreira Branca) 12. Luan Iltolohiny Karajá (Barra do Rio) 13. Ana Beatriz W. Javaé (Barreira Branca) 14. Ibukala Kwaharu Javaé (Barreira Branca) 15. [Nome ilegível na lista de presença] 16. Vitor M. Karajá (Barra do Rio) 17. Valdemir Neto J. E. Javaé (Barreira Branca)

18. Yuri K. Javaé Oliveira (Barreira Branca)
19. Kojnakarú B. Karajá (Waritaxi)
20. Rone da Silva C. (Barreira Branca)
21. Itaxi Karajá (cacique/aldeia Waritaxi)
22. Lucivânia R. Javaé (Barreira Branca)
23. Hatokira Karajá (Waritaxi)
24. Washinton [aldeia na lista de presença]
25. Horesto Silva Karajá (representante/ aldeia Waritaxi)
26. Ana Fátima Mahiru Karajá (Barra do Rio)
27. Marta K. Javaé (Barreira Branca)
28. Ibelaki Asiwaru Javaé (Barreira Branca)
29. Marcelo S. T. Karajá (Waritaxi)
30. Narciso Marisiti Javaé (Marani)
31. Ligia de Sousa Lopes (Barreira Branca)
32. Valdemir Filho Texiba Javaé (vereador/ Aldeia Barreira Branca)
33. Georthon Amélia Lima Brito (representante/FUNAI)
34. Antônio Marcos Sena Leal Karajá (presidente - Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins - ARPIT)
35. Valdener Tawaduré Javaé (cacique/aldeia Barreira Branca)

Abertura

Às 15h32, Camila Marinho (Moderadora) e Isabel Acker (SEMARH) se apresentaram e convidaram Marquinho Karajá (presidente da ARPIT) e Valdemir Filho (vereador/ Aldeia Barreira Branca) para se apresentarem.

Valdemir Filho Texiba (vereador/ Aldeia Barreira Branca) agradeceu a equipe e a presença de todos os participantes, em especial dos caciques Alex Issariwana Javaé (cacique/aldeia Cristo Rei), Valdener Tawaduré Javaé (cacique/aldeia Barreira Branca) e Luan Itolohiny Karajá (Barra do Rio), convidando-os à plenária. Marquinho (ARPIT) ressaltou que estará presente nas oficinas e que todas as dúvidas devem ser esclarecidas, lembrando que ninguém será obrigado a tomar nenhuma decisão durante o evento, só se quiserem. Finalizou desejando uma boa oficina a todos.

Os demais participantes convidados a plenária se apresentaram, ressaltaram que estão abertos a ouvir sobre o programa e desejaram uma boa oficina aos presentes. Logo após, os homens se organizaram para apresentar uma dança de abertura.

Dinâmica inicial (Abertura e Apresentações)

Camila Marinho (Moderadora) declarou oficialmente aberta a oficina, relembrou que a oficina é um processo de construção coletiva e que, para esta escuta comunitária, iria propor dinâmicas com metodologias participativas e com falas claras para o entendimento dos participantes. Iniciou propondo a dinâmica "Diagramas Humanos" para que todos os participantes do povo Javaé se apresentassem. Apresentou também a equipe de credenciados, pontos focais do Estado, logística e comunicação.

Camila Marinho (Moderadora) apresentou o objetivo da oficina participativa de ampliar os conhecimentos sobre o JREDD+, falou sobre os conteúdos, estabeleceu os combinados e apresentou a programação. Finalizou destacando o ambiente como de escuta, lembrando que todos teriam direito à fala, assim como a participação.

Marquinho (ARPIT) relembrou o curso de formação em Palmas e pediu mais tempo para as atividades em grupo.

Isabel Acker (SEMARH) afirmou que as oficinas terão mais tempo para contribuições e que a participação é indispensável. Logo após, Camila Marinho (Moderadora) pediu uma pausa de 20 minutos para o lanche.

Mudanças climáticas

Retorno às 16:40 - Isabel Acker (SEMARH) iniciou relembrando aos participantes do Fórum realizado em Palmas, e os pontos importantes abordados lá, como: “Por que as florestas são importantes?” e “Como percebemos o clima no território nos últimos anos?”.

Camila Marinho convidou os participantes para agregarem pontos a partir da percepção de cada um, referente às mudanças climáticas percebidas em seus territórios.

Valdener (cacique/aldeia Barreira Branca) contribuiu explicando como as mudanças climáticas são percebidas por ele: “percebo na seca e na falta de chuva”.

Marta (Barreira Branca) disse que “Antigamente dava pra passar no rio, hoje o rio é dividido em várias partes. Hoje chega época que não passa nem canoa, a chuva chegava em janeiro e não tínhamos enchentes, com as praias que cresceram muito, de duas décadas para cá só piorou”

Camila (Moderadora) retomou a fala e apresentou a sementeira de ideias com destaque dos principais pontos levantados pelos participantes e convidou os ouvintes a contribuírem com pontos ainda não apresentados.

Ligia (Barreira Branca) aproveitou o momento e citou as tartarugas que “estão acabando”.

Isabel Acker (SEMARH) iniciou os conteúdos sobre desmatamento e degradação, e introduziu o programa JREDD+ como iniciativa de redução e equilíbrio ambiental.

Em seguida, Camila Marinho apresentou a “Dinâmica do cochicho”, convidou os participantes a se juntarem em grupos de 5 pessoas e responderem as perguntas: “O que vocês sabem sobre o JREDD+? E o que gostariam de saber?”.

Às 17h35, Isabel Acker (SEMARH) retomou a palavra para amarrar os pontos do dia. Explicou, em linguagem direta, que o REDD+ é um esforço para reduzir emissões causadas por desmatamento e degradação, reconhecendo e apoiando quem conserva a floresta e quem evita novas perdas. No Tocantins, acrescentou, essa agenda está organizada como Programa Jurisdicional (JREDD+), com governança, salvaguardas e consulta pública em várias etapas.

Sobre o processo de consulta com o povo Javaé, Isabel (SEMARH) esclareceu que, nesta fase, estão sendo realizadas três oficinas simultâneas, de três dias, com o povo Javaé ligado à ICAPIB, em Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia e Sandolândia (local desta oficina). Na sequência, ocorrerão as oficinas com o povo Javaé ligado à CONJABA e, depois, a reunião de consolidação — dois dias reunindo ICAPIB e CONJABA — para validar os entendimentos, priorizar ações e indicar representantes para os próximos passos do programa. Destacou que todas as contribuições serão registradas em Ajuda-Memória, que haverá devolutiva nas

etapas seguintes e que perguntas e dúvidas levantadas hoje — inclusive na dinâmica do cochicho — serão respondidas no dia seguinte, com material de apoio e espaço para novos esclarecimentos. Por fim, reforçou que a consulta é contínua, respeita as salvaguardas e os protocolos de participação, e que ouvidoria e site permanecem abertos para comentários ao longo de todo o processo.

Camila Marinho (Moderadora) recapitulou os pontos abordados.

Em seguida, Marquinhos (ARPIT), que apresentou a importância do evento como primeira ação de consulta do Estado dentro do território, explicou como funcionam as oficinas de consolidação, a audiência pública e detalhou como a ARPIT representará os indígenas neste processo.

Às 18h05, Camila Marinho (Moderadora) finalizou, agradecendo a presença das comunidades, destacando a importância da participação coletiva e relembrando que as questões levantadas na dinâmica do cochicho serão respondidas no próximo dia.

DIA 2: QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2025

PARTICIPANTES

1. Valmiron Kumari Javaé (Barreira Branca)
2. Valter Lexikolacu Javaé (Barreira Branca)
3. Marta Komytira Javaé (Barreira Branca)
4. [Nome ilegível na lista de presença]
5. Lígia de Sousa Lopes (Barreira Branca)
6. Valdener Tawaduré Javaé (cacique / Aldeia Barreira Branca)
7. Ana Fátima Mahiru Karajá (Barra do Rio)
8. [Nome ilegível na lista de presença]
9. Soraia Dijuque Javaé (Cristo Rei)
10. Estefane L. Javaé (Cristo Rei)
11. Kojnakarú Borella Karajá (Waritaxi)
12. Renata Mandiru Javaé (Barreira Branca)
13. Ibukala Kutaharu Javaé (Barreira Branca)
14. Marco Kalari Javaé (Barreira Branca)
15. Valdemir Neto J. E. S. Javaé (Barreira Branca)
16. Vitor Manatxure Karajá (Barra do Rio)
17. Alex Issariwana Javaé (cacique / Aldeia Cristo Rei)
18. Valdilene Wederi Javaé (Cristo Rei)
19. Lucivânia R. Javaé (Barreira Branca)
20. Valdinei K. Javaé (Barreira Branca)
21. Ana Beatriz W. Javaé (Barreira Branca)
22. Ibelaki Asiwaru Javaé (Barreira Branca)
23. Valdemir Filho Texiba Javaé (vereador / Aldeia Barreira Branca)
24. Claudio F. Martes [Sandolândia]
25. Luan Itolohiny Karajá (Barra do Rio)
26. Rafaela Hariwiru Javaé (Cristo Rei)
27. [Karajá – Nome ilegível na lista de presença]
28. Itaxi Karajá (cacique / Aldeia Waritaxi)

Abertura

Por volta das 08h30, Camila Marinho (Moderadora) cumprimentou os presentes, perguntou sobre a estadia e como passaram a noite. Aproveitou para ressaltar alguns combinados em relação ao cronograma e horários de pausa das oficinas. Em seguida, passou para Isabel Acker (SEMARH).

Respostas a “dinâmica do cochicho” e o JREDD+ como política pública

Isabel Acker (SEMARH) parabenizou os participantes pelas perguntas levantadas na dinâmica do “cochicho” e começou a respondê-las. Em uma das perguntas, que questionava qual secretaria está por trás da implementação do programa, Isabel (SEMARH) respondeu que a SEMARH é uma das secretarias à frente do programa e convidou o representante da Secretaria dos Povos Originários do Tocantins (SEPOT), Célio Kanela, que falou mais da parceria entre as Secretarias.

Valdemir Filho (Barreira Branca) complementou a fala do representante da SEPOT, ressaltou que muitos participantes estão com dúvidas e que a oficina está aberta para esses diálogos é muito importante. “Esse é nosso momento de tirar dúvidas, já existem muitas conversas nos grupos de whatsapp sobre o programa. A falta de conhecimento gera muitas dúvidas, as pessoas aqui presentes têm a oportunidade de conhecer o programa e levar informações corretas para os parentes em casa. Então é isso, realmente tem muitas dúvidas sobre o JREDD+ e estamos aqui para tirar”.

Isabel Acker (SEMARH) agradeceu a fala do participante e esclareceu que a equipe está à disposição para tirar as dúvidas e destaca que, depois da oficina, a SEMARH estará sempre à disposição, assim como o site do projeto e a ouvidoria. Seguiu com a resposta às perguntas levantadas no dia anterior pelos participantes.

Ligia (Barreira Branca) perguntou sobre o carbono: “Precisa queimar para retirar esse carbono? Como é que funciona?”.

Célio (SEPOT) afirmou que o Estado está interessado em reduzir o desmatamento e a degradação ambiental. Explicou como funciona o mercado internacional, com os acordos que visam a diminuição dos gases poluentes e compra dos créditos de carbono.

Marcelo (Waritaxi) contribuiu: “O maior problema é que o governo não está equipado para fiscalizar as questões ambientais. O maior problema aqui é falta de projeto e autorização, nos rios mesmo todo mundo tira água, mas os indígenas não têm projetos. Precisamos de uma nova linha de agentes ambientais”

Célio (SEPOT) agradeceu a participação e pediu para o participante guardar essa ideia para os próximos conteúdos que abordarão propostas e projetos de participação e integração, além das fiscalizações.

Isabel Acker (SEMARH) destacou que o crédito de redução é diferente do crédito de conservação. “O Estado tem grande potencial de reduzir o desmatamento, pois já houve bastante desmatamento no estado”.

Um participante que não se identificou acrescentou: “A pergunta que não quer calar: como vai funcionar a questão dos fazendeiros que puderem tirar licença legal para desmatar?”.

Isabel Acker (SEMARH) explicou sobre o investimento do estado para garantir a fiscalização e monitoramento nos territórios, e que para usufruir dos benefícios do programa existem regras a seguir.

Ligia (Barreira Branca) perguntou: “Os produtores podem desmatar 60%, certeza que eles não vão querer aderir ao JREDD+”.

Célio (SEPOT) explicou como funciona na lei a porcentagem que permite o desmatamento da terra e pontuou que o Estado tem negociado com o agronegócio. Finalizou lembrando do Acordo de Paris.

Isabel Acker (SEMARH) introduziu as salvaguardas — regras que orientam a implementação do JREDD+ — e, em seguida, retomou pontos do Código Florestal apenas para contextualizar limites legais de uso da terra.

Logo após, Camila Marinho (Moderadora) pediu uma pausa de 20 minutos para o café e convidou os participantes a avaliarem o evento.

Salvaguardas

Às 10:28, Camila Marinho (Moderadora) retomou as atividades com uma dinâmica teatral, a representação de povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares conversando entre si sobre dúvidas referentes ao JREDD+. Por fim, convidaram Isabel Acker (SEMARH) para explicar as questões levantadas.

Isabel Acker (SEMARH) retomou a palavra para esclarecer que, além das regras do Código Florestal e do foco do Estado em resultados por redução de emissões, o Programa segue as sete Salvaguardas de Cancún, que funcionam como “trilhos” obrigatórios do JREDD+. Apresentou cada uma, em linguagem prática, relacionando às dúvidas do grupo:

- Coerência com programas nacionais e internacionais — as ações precisam andar junto das leis e políticas já existentes (ex.: Código Florestal, SNUC), sem criar exigências que contrariem a legislação.
- Governança florestal transparente e eficaz — decisões, critérios e resultados devem ser públicos e compreensíveis; por isso há oficinas, audiência, site e ouvidoria para registrar perguntas e reclamações.
- Respeito aos conhecimentos e direitos de PIQPCTAFs — valorização de saberes, modos de vida e protocolos próprios; consultas prévias e informadas antes de decidir; nada que afete negativamente práticas tradicionais sem diálogo e acordo.
- Participação plena e efetiva — escuta nos territórios e presença em conselhos/fóruns; registros em Ajuda-Memória, devolutivas e espaço para ajustar o que for necessário.
- Conservação das florestas e da biodiversidade — recursos do programa não podem incentivar conversão de mata nativa; prioridade é manter e recuperar áreas (ex.: roça de toco manejada com cuidado não se confunde com desmatamento para abrir pasto).
- Minimização do risco de reversão — o que se reduz hoje não pode voltar a aumentar amanhã; quando houver problemas (ex.: incêndio acidental), a resposta é prevenção, apoio e planejamento de longo prazo.

- Prevenção do deslocamento de emissões — reduzir em um lugar sem “empurrar” o desmate para outro; por isso a estratégia é estadual, com monitoramento contínuo.

Valdemir Filho (Barreira Branca) pontuou: “Nos sentimos mais seguros com essas salvaguardas, nos sentimos mais seguros em falar desse JREDD+ com todas essas regras”.

Isabel Acker (SEMARH) destacou a disponibilidade da secretaria e da ouvidoria do programa como canais de transparência. Logo após, retornou à explicação das sete salvaguardas.

Marcelo (Waritaxi) contribuiu: “Não sabemos em que podemos ajudar na implementação deste programa, por isso estamos arredios em falar, porque não sabemos exatamente como vamos participar”.

Marcos Karajá (ARPIT): “Já participei duas vezes e entendo, mas gostaria que explicasse detalhadamente o que é o projeto para o povo Javaé. Como isso afeta eles? Alguns têm gado, como ficaria? Como seria a produção nas plantações de roças de tocos e construção de casas? Então, tá aí alguns pontos que precisam ser falados e esclarecidos, minha preocupação é isso. E sobre os prazos e como será daqui 30 anos? Temos a ilha do bananal, ali não é preservado. A criação de gado está acabando com o rio, queremos saber como vai ficar essa questão com o JREDD+. Quando o recurso chegar, dizem que não vamos pegá-lo. Foi falado que será em forma de projeto, isso precisa ficar claro aqui e as pessoas devem entender”.

Célio (SEPOT) contribuiu afirmando que antes das reuniões acontecerem, as lideranças foram consultadas. A forma de construção da oficina foi definida conforme as lideranças indicaram como adequada. Ressaltou que a participação dos indígenas no projeto será apresentada no próximo conteúdo.

Subprogramas PIQPCTAF

Após apresentar as salvaguardas e tirar dúvidas, Isabel Acker (SEMARH) diferenciou os projetos privados de REDD+ do Programa Jurisdicional do Tocantins (JREDD+). Explicou que, nos projetos privados, a atuação ocorre em área delimitada, com proponente específico, contratos privados e repartição definida no desenho do próprio projeto, sempre devendo obedecer a leis e salvaguardas. Já o JREDD+ é estadual, com governança pública, validação e auditoria independentes e acesso aos recursos por meio de editais do Fundo Clima (associações, cooperativas, organizações com CNPJ). Neste arranjo, a repartição de benefícios parte da metodologia estoque-fluxo, conforme será apresentado mais à frente. Ressaltou que não há repasse individual automático: os recursos são por projetos coletivos, com critérios públicos, metas e prestação de contas.

Célio (SEPOT) complementou apresentando as partes envolvidas na estratégia: PIQPCTAF, produtores rurais (pequenos, médios e grandes), o Estado (responsável por monitoramento, fiscalização e estrutura de governança), além de instâncias de controle e deliberação, como COEMA/CEVAT, a UGP (organização dos editais e apoio técnico) e as entidades de verificação/auditoria, que serão detalhadas na seção de Governança. Esclareceu que neste momento não há nenhum documento contratual a assinar: o que haverá ao final é a assinatura da Ajuda-Memória, com os principais resultados da oficina.

Em seguida, Camila Marinho (Moderadora) introduziu como funciona a ajuda-memória e finalizou as atividades da manhã, liberando os participantes para o almoço às 12h10.

Governança

Às 14h55, as atividades foram retomadas com uma dinâmica conduzida por Camila Marinho (Moderadora), que propôs um exercício em dupla como mística de reconexão e escuta ativa.

Em seguida, Isabel Acker (SEMARTH) introduziu o tema da linha do tempo do JREDD+ e o debate sobre governança, convidando os participantes a refletirem sobre como se organizam as tomadas de decisão dentro das aldeias.

Marcos Karajá (Arpit) respondeu: “Temos o cacique que nos representa, temos a associação e a articulação que cuida dos contatos com não indígenas”.

Ligia (Barreira Branca) complementou: “Lá na nossa aldeia a associação nos ajuda a ir à cidade, ela nos ajuda a resolver problemas”.

Valdemir Filho (Barreira Branca) contribuiu: “Antes da chegada dos europeus, o nosso povo Javaé sempre viveu à beira dos rios, onde tinha caça e pesca, estávamos ali. A governança na aldeia é por um chefe muito respeitado. Antigamente era o fundador da aldeia, ele era o chefe e tinha o respeito de todo mundo, hoje ainda respeitamos, mas não era como antes. Nossa origem é na beira do rio Javaé, antes todos viviam juntos em uma aldeia só, depois se separam pensando no sustento”. Respondendo à pergunta da Isabel sobre como funciona a liderança dentro da aldeia, complementou: “Hoje existe uma união entre lideranças, associações e o cacique. Em nossa aldeia (Barreira Branca), nunca tomamos uma decisão sem consultar o cacique, coisa que acontece em outros lugares, essa é nossa diferença”.

Após ouvir as contribuições, Isabel Acker (SEMARTH) retomou a palavra e fez uma relação entre as formas de governança tradicional dos povos Javaé e as instâncias de governança do Programa Jurisdicional de REDD+ Tocantins. Explicou que, assim como nas aldeias, o programa também se estrutura com base na escuta, na representação e na corresponsabilidade, sendo orientado por princípios de transparência e participação social.

Isabel (SEMARTH) retomou a linha do tempo do JREDD+, destacando que o programa vem sendo construído há vários anos no Tocantins, a partir de um processo contínuo de diálogo, fórum, oficinas e consulta pública. Explicou que o JREDD+ Tocantins nasceu como uma iniciativa de longo prazo para enfrentar as mudanças climáticas e promover o uso sustentável das florestas, com atenção para a valorização dos territórios e dos povos que preservam. Mencionou que esse processo culminou na Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável, que consolida os princípios e diretrizes do programa e estabelece um planejamento de 20 anos, buscando garantir que o JREDD+ seja uma estratégia de Estado e não apenas de um governo. Segundo Isabel (SEMARTH), essa continuidade é essencial para que os resultados alcançados pelas comunidades e povos participantes sejam mantidos ao longo do tempo.

Por fim, Isabel (SEMARTH) explicou que a governança do programa é composta por diversas instâncias deliberativas e consultivas, como o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e a Comissão Estadual de Validação, Acompanhamento e

Transparência (CEVAT), que contam com representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e organizações da sociedade civil.

Às 15h50, Isabel encerrou o bloco, reforçando que a construção da governança do JREDD+ Tocantins depende do diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos técnicos. Por fim, anunciou a pausa para o lanche.

Repartição de benefícios

Às 16h30, as atividades foram retomadas na plenária. Isabel Acker (SEMARH) convidou Renata, tradutora indígena, para auxiliar na tradução das explicações sobre a repartição de benefícios e o PIQPCTAF.

Isabel (SEMARH) iniciou esclarecendo que agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores possuem características distintas. Explicou os critérios que definem a agricultura familiar e ressaltou o papel fundamental dos PIQPCTAF na preservação ambiental e na implementação do JREDD+ Tocantins.

Alex (Cristo Rei) complementou, em sua língua materna, reforçando que o principal diferencial entre os agricultores familiares e os médios e grandes produtores está no uso de maquinários.

Valdemir Filho (Barreira Branca) perguntou: “O que e como o JREDD+ vai poder contribuir com nossos povos indígenas? Hoje, nós que somos dessa nova geração, pensamos diferente dos nossos ancestrais. O que queremos é mudança, é desenvolvimento. Queremos trabalhar com máquinas, desenvolver plantações e dar qualidade de vida para nossas famílias e para a comunidade.”

Marcelo (Waritaxi) pediu a palavra e solicitou explicações mais claras sobre quem são os agentes envolvidos no programa JREDD+: “Quem vai nos ajudar na implementação de tudo isso?”.

Isabel Acker (SEMARH) prosseguiu com a explicação sobre os subprogramas e a repartição de benefícios, destacando que o programa está estruturado de forma coletiva e transparente, com base em critérios previamente pactuados. Explicou que, conforme o desenho atual, a repartição dos recursos está organizada da seguinte forma: 25% destinados aos PIQPCTAF - povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares; 25% destinados aos pequenos, médios e grandes produtores rurais, vinculados à adoção de boas práticas e à redução de desmatamento; e 50% destinados ao próprio Estado, para fortalecimento da gestão ambiental, monitoramento, fiscalização, auditoria e implementação dos subprogramas que sustentam o JREDD+ Tocantins.

Isabel (SEMARH) destacou que esses recursos serão operacionalizados por meio do Fundo Clima Tocantins, mecanismo financeiro do Estado que receberá os valores provenientes das transações ligadas ao JREDD+ e fará a gestão dos recursos conforme as deliberações definidas de forma participativa. Ela explicou que o acesso ao recurso se dará por meio de editais e chamamentos públicos, voltados a associações e organizações representativas, e que o Estado deverá garantir condições de acesso equitativo entre os diferentes segmentos, respeitando as realidades e capacidades de cada público.

Lídia (Barreira Branca) questionou: “Como será essa repartição? Vai ser por região?”

Isabel (SEMARH) respondeu que o benefício será coletivo e não individual, que os projetos selecionados deverão beneficiar o território como um todo, não apenas uma aldeia ou comunidade específica. Reforçou que a prioridade é assegurar que os projetos financiados estejam alinhados às salvaguardas, ou seja, respeitem os direitos sociais, ambientais e culturais dos povos e comunidades envolvidas.

Renata (tradutora) questionou, em nome dos participantes indígenas: "O que vai acontecer conosco, povos indígenas? Temos dificuldade em fazer inscrições e montar projetos. O próprio Estado coloca tantas barreiras para conseguirmos algo. Que garantia o governo dá pra nós de que realmente teremos acesso a esses 25%?".

Isabel (SEMARH) respondeu que os representantes eleitos para a audiência pública e os órgãos de fiscalização, além daqueles que representam os povos indígenas, terão papel fundamental na articulação e acompanhamento da implementação do programa, inclusive na fase de editais. Explicou que haverá apoio técnico para que as comunidades possam participar dos processos de forma informada, e que os órgãos de controle e fiscalização, como a SEMARH e o NATURATINS, acompanharão a execução das ações para garantir que os recursos sejam aplicados de forma correta e transparente.

Valdemir Filho (Barreira Branca) acrescentou: "Eu acho que não vai ter competição de quem vai ter acesso ao projeto. Vamos elaborar os projetos e seguir as normas das salvaguardas para estar dentro da legalidade e conseguir o benefício. Não vai ser fácil, mas temos que nos preparar e organizar para isso. Começamos, então vamos até o final, vamos juntos e acompanhar de perto. Quando se falou em JREDD+ pela primeira vez, os caciques acharam que o dinheiro ia chegar rápido e ia ser dividido entre eles. Muitos não quiseram nem saber quando viram que não seria assim. Vamos entrar juntos e ver onde vamos chegar."

Lídia (Barreira Branca) voltou a perguntar: "Quais os projetos que podem ser implementados no programa e quais os requisitos?"

Isabel (SEMARH) explicou que os tipos de projetos variam conforme o território e as prioridades das comunidades - podendo envolver ações de fortalecimento da produção sustentável, proteção territorial, recuperação ambiental e valorização cultural - e que todos deverão ser construídos de forma participativa, com acompanhamento dos órgãos competentes.

Camila (Moderadora) agradeceu as contribuições e encerrou o debate passando a palavra para a Isabel.

Às 17h50, Isabel Acker (SEMARH) encerrou o dia, pedindo que todos se comprometessem a participar do último dia da oficina. A tradutora Renata reforçou os combinados na língua materna, assegurando a compreensão de todos os participantes.

DIA 3: SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2025

PARTICIPANTES

1. Luan Itolohiny Karajá (Barra do Rio)
2. [Nome ilegível na lista de presença]
3. Marta Komytira Javaé (Barreira Branca)

4. [Nome ilegível na lista de presença]
5. Rian Davi Santos [Aldeia a confirmar]
6. Valdemir Filho Texiba Javaé (vereador / Aldeia Barreira Branca)
7. Claudio Ferreira Martes (Sandolândia)
8. Rafaela Hariwiru Javaé (Cristo Rei)
9. Valdilene Wederi Javaé (Cristo Rei)
10. Valmiron Kumari Javaé (Barreira Branca)
11. Lucivânia R. Javaé (Barreira Branca)
12. Vitor Manatxure Karajá (Barra do Rio)
13. Valter Lexikolacu Javaé (Barreira Branca)
14. Ibukala Kwaharu Javaé (Barreira Branca)
15. Adriano Dias de Sousa (Sandolândia)
16. Lígia de Sousa Lopes (Barreira Branca)
17. Alex Issariwana Javaé (cacique / Aldeia Cristo Rei)
18. Estefane L. Javaé (Cristo Rei)
19. Renata Mandiru Javaé (Barreira Branca)
20. Valdener Tawaduré Javaé (cacique / Aldeia Barreira Branca)
21. Waldenes B. dos Santos (Sandolândia)
22. Marco Kalari Javaé (Barreira Branca)
23. Valdinei K. Javaé (Barreira Branca)
24. Valdemir Neto J. E. S. Javaé (Barreira Branca)
25. Georthon Amélia Lima Brito (representante / FUNAI)
26. Yuri K. Javaé Oliveira (Barreira Branca)
27. Adenilson José Lima dos Santos (Barreira Branca)
28. Valéria R. Oliveira (Barreira Branca)
29. Claudio P. de Paula (Sandolândia)
30. Marcelo S. T. Karajá (Waritaxi)
31. Yuri Cauta Viana (Barreira Branca)
32. [Nome ilegível na lista de presença]
33. Itaxi Karajá (cacique / Aldeia Waritaxi)

Abertura

Às 08h45, Camila Marinho (Moderadora) abriu as atividades agradecendo a presença de todos e convidou o representante da FUNAI, Georthon Lima, para uma fala.

Georthon Lima (FUNAI) agradeceu a presença dos participantes, lembrou que a FUNAI tem se esforçado para estar presente em todas as oficinas. “Não é o momento de decisão, se vocês estão inseguros, podem tomar decisões depois que entenderem bem sobre o projeto. Aqui é momento de perguntar e estar aberto a aprender. Caso não queiram falar na plenária, podem escrever em um papel. Caso se sintam mais à vontade em falar na língua materna, acho que tem intérpretes presentes para ajudar na compreensão. A FUNAI está aqui para colaborar com vocês e desejo a todos uma boa oficina”. Após a fala, a tradutora Renata foi chamada para passar a mensagem na língua materna dos presentes.

Camila Marinho (Moderadora) agradeceu a fala do representante da FUNAI e a tradução da Renata. Logo em seguida, recapitulou os objetivos propostos ao início da oficina, relembrando os conteúdos apresentados, e dando continuidade a dinâmica do dia anterior. Convidou os participantes a se dividirem em três grupos, para discutirem “O que é importante para que os PIQPCTAF sigam protegendo as florestas e adotando sistemas produtivos sustentáveis?” e escreverem nas cartolinhas, para posteriormente apresentarem na plenária.

Apresentação dos grupos (plenária)

Após o lanche, às 10h25, as atividades foram retomadas. Camila Marinho (Moderadora) convidou o primeiro grupo à plenária para apresentar.

Primeiro grupo (verde) pontuou como prioridade: “Precisamos de fiscalização dentro do território. Fortalecimento da cultura indígena com festas e artesanato. Queremos o fortalecimento dos povos indígenas, estamos na cultura não indígenas, mas não podemos nos esquecer das nossas raízes. Melhoramento do acesso às aldeias, infraestrutura, água, energia e internet, isso é muito importante para nós. Só nós sabemos o tanto que as estradas atrapalham nossa locomoção, precisamos da ajuda do Estado para resolver isso. Fortalecimento da medicina indígena natural, além do resgate das sementes crioulas e criação das nossas roças”. Em seguida, Isabel Acker (SEMARH) chamou o próximo grupo.

O Segundo grupo (rosa claro) destacou que se pautaram dentro da realidade, focando no que é mais importante. “Pensando no objetivo do programa e pensando na comunidade, a preservação da comunidade com capacitação e turismo, técnicos e cursos. Pensamos também na criação de abelhas, mudas de plantas para fortalecer a natureza, casas de farinhas, roças de mandiocas. Precisamos de máquinas agrícolas, pois é importante para a comunidade fortalecer as plantações, assim como curso de artesanatos indígenas para ajudar na renda de nossas mulheres”.

“Os poços artesianos e barca comunitária merecem atenção, além do plantio orgânico respeitando a natureza. Referente a qualidade da água, nós não temos consumo de água de qualidade, nossa água não atende o suficiente para banhar e lavar as vasilhas, temos “mal mal” para consumo, precisamos de água de qualidade para nosso consumo. Precisamos de coleta de lixo, não temos um órgão que nos ajude nisso.”

“Nossas escolas precisam de ar-condicionado, como falamos aqui, com as mudanças climáticas estamos sofrendo muito com o calor. Precisamos de energia solar dentro da comunidade, o consumo de energia lá é alto. Eu sempre ouvi que a saúde é em primeiro lugar, mas eu acho que a educação é quem deve estar em primeiro. Sem a educação, como seríamos? Queremos reformas e qualidade dentro das escolas. Acreditamos que essas propostas estão dentro dos objetivos do programa, assim como recuperação das áreas degradadas”.

Após a apresentação do segundo grupo, a tradutora Renata resumiu e repassou na língua materna.

Terceiro grupo (rosa escuro): “Precisamos de fortalecimento da associação, melhorias da estrada, um manejo mais consciente. Nós colocamos também que precisamos de projetos de piscicultura, pois percebemos a diminuição dos peixes nos rios, isso é importante pro nosso povo, pois vivemos da caça e da pesca. Tem muito lixo na aldeia, precisamos ter uma coleta e um uso mais consciente. Projetos de reflorestamento, que fortaleça as matas ciliares e moradias para as comunidades. Precisamos de desenvolvimento, todo mundo merece ter uma moradia digna, acreditamos que com o programa JREDD+ podemos ter isso. Precisamos de apoio no transporte terrestre e aquático, queremos um estudo ou uma pesquisa para ajudar a preservar as tartarugas. Temos que fortalecer nossa culinária, hoje nas aldeias se consome muito açúcar, óleo e gordura, e nossas práticas medicinais têm sido substituídas por remédios dos *tori* (não indígenas)”.

Isabel Acker (SEMARH) retomou a fala, parabenizou as apresentações dos grupos e começou a separar os projetos em categorias: fortalecimento da cultura, capacitações e cursos, proteção territorial, responsabilidades do Estado, tecnologias, etc.

Yuri (responsável técnico do polo de saúde indígena) aproveitou o momento e se despediu dos presentes, pois saiu da direção do polo de saúde indígenas da região. Em seguida, passou para a enfermeira Bárbara, que se apresentou e afirmou sua dedicação para assumir o novo cargo. Os participantes aplaudiram os 10 anos de trabalho do Yuri, deram boas-vindas a Bárbara e seguiram as atividades da manhã.

Em seguida, Isabel Acker (SEMARH) parabenizou o momento especial de reconhecimento e passou para Camila Marinho (Moderadora), que reforçou os combinados, encerrando as atividades da manhã às 12h13.

Atividades da tarde e encerramento

Às 14h38, as atividades da tarde foram iniciadas. Isabel Acker (SEMARH) retomou a primeira dinâmica da oficina, questionando o que os participantes sabiam sobre o programa. Renata traduziu a pergunta.

Marcelo (Waritaxi) questionou: “Vocês já têm uma previsão de implementação deste programa?”.

Isabel Acker (SEMARH) respondeu que o Programa JREDD+ já vem sendo construído há alguns anos, com consultas, oficinas e estruturação institucional. Ela reforçou que esta etapa de consulta é fundamental para estruturar o programa e destacou que é também necessário que o Programa passe pelo processo e receba uma certificação internacional. Adicionou que os resultados do JREDD+ serão validados através de um processo rigoroso de verificação e certificação internacional, para transformar as reduções alcançadas em créditos de carbono passíveis de comercialização.

Marcelo (Waritaxi) complementou: “Seria muito bom se tivéssemos um valor certo para termos uma ideia de quanto daria”. Explicou também que está satisfeito com a forma que a oficina foi executada, pois passou seriedade. “É difícil falar sobre algo que não se tem certeza, mas você passou segurança para nós”.

Marco (Waritaxi): “Os conteúdos passados ficaram claros, conseguimos entender e agora sim poderemos falar sobre o programa lá dentro das nossas comunidades.”

Isabel Acker (SEMARH) agradeceu as falas de todos. Em seguida, passou para Camila Marinho (Moderadora), que convidou um participante da oficina para leitura da Ajuda-Memória.

Após a leitura, participantes comentaram que “a vigilância é o monitoramento feito pelos próprios indígenas, mas o que precisamos é de fiscalização repressiva do Estado dentro do território. Temos que ter uma equipe de fiscalização que puna os infratores.”

Em resposta, Isabel (SEMARH) afirmou que esse ponto será considerado e incluído entre as responsabilidades do Estado.

Na sequência, as crianças realizaram uma apresentação cultural. A Ajuda-Memória foi assinada pelos presentes e, em seguida, foram entregues os certificados de participação.

Às 16:32, após o lanche da tarde, Isabel Acker (SEMARH) encerrou a oficina com agradecimentos a todos os participantes presentes.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1. Fortalecimento da Cultura Indígena

- Fortalecimento da medicina indígena natural;
- Canto, pintura e enfeites;
- Valorização de artesanatos;
- Fortalecimento das festas culturais;
- Esporte e lazer;
- Pesca tradicional;
- Artesanato;
- Penas para artesanato (arara, jaburu, colhereiro).

2. Preservação do Meio Ambiente

- Combater a seca no território;
- Recuperação de nascentes e lagos;
- Reflorestamento de áreas degradadas;
- Mudas de plantas e viveiros;
- Manejo de fauna;
- Barau, tucum e urucum.

3. Proteção Territorial

- Vigilância indígena (monitoramento);
- Agentes ambientais;
- Brigadistas;
- Limpeza do lixo e organização.

4. Capacitação, Formação e Cursos

- Curso de semi jóias (biojóias);
- Curso de língua estrangeira;
- Capacitação para guardiões da floresta;
- Fortalecimento das associações.

5. Produção de Alimentos e Geração de Renda

- Resgate das sementes crioulas;
- Cercado em volta das roças;
- Piscicultura;
- Criação de abelhas;
- Avicultura;
- Preservação e criação de tartarugas;
- Plantio orgânico;
- Hortaliças, plantio de mandioca e produção de farinha;
- Manejo de gado dos indígenas;

- Ecoturismo e marketing para divulgação.

6. Infraestrutura e Tecnologia

- Balsa comunitária;
- Casa de farinha;
- Irrigação de plantio;
- Transporte terrestre e aquático;
- Máquinas agrícolas, equipamentos e roça mecanizada;
- Poço artesiano (água de qualidade);
- Energia solar;
- Equipamentos de informática.

7. Responsabilidades do Estado

- Parceria com Ruraltins;
- Coleta de lixo;
- Manutenção de estradas;
- Ampliação e reforma de escolas;
- Instalação de ar-condicionado nas escolas;
- Fiscalização para proteção do território.

Avaliações e resultados da oficina

Segundo as percepções dos participantes, a oficina foi considerada bastante positiva. O evento consolidou-se como um espaço de diálogo e construção conjunta, promovendo a troca de conhecimentos tradicionais e a valorização das práticas e vivências locais. As atividades proporcionaram experiências marcantes e significativas, tanto para os participantes quanto para as equipes envolvidas na organização, fortalecendo os laços comunitários.

Os objetivos propostos foram plenamente atingidos, contemplando o debate sobre todos os temas propostos, a definição das ações prioritárias e a escolha dos representantes para a audiência pública. Ademais, a oficina reafirmou a relevância da participação social nos processos decisórios e ampliou a articulação entre comunidades, instituições e órgãos parceiros, contribuindo para o fortalecimento das mobilizações coletivas em defesa dos territórios e dos direitos das populações indígenas.

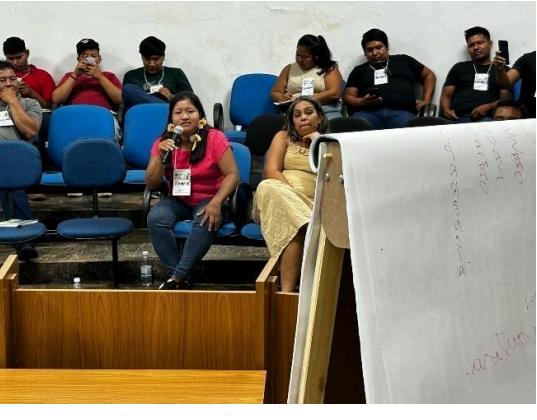
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2025

	
Credenciamento	Abertura

DIA 02: QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2025

	
Abertura do 2º dia	Respostas da dinâmica do cochicho

	
Repartição de benefícios	Renata Javaé traduzindo

DIA 03: SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2025

	
Abertura do 3º dia	Apresentação do 1º grupo (verde)

	
Assinatura da Ajuda-Memória	Entrega dos certificados